O OFÍCIO DE ESCREVER E ENSINAR HISTÓRIA: A PROPÓSITO DE "LIÇÕES DE HISTÓRIA PÁTRIA", DE AMÉRICO BRASILIENSE

THE WRITING AND HISTORY TEACH CRAFT: THE PURPOSE OF "HOME LAND HISTORY LESSONS", OF AMERICO BRASILIENSE

Rubens Arantes Correa[1]

RESUMO: Em 1876 veio a público pela Tipografia da Província de São Paulo e sob os cuidados do editor José Maria Lisboa a obra Lições de História Pátria, de autoria de Américo Brasiliense de Almeida e Mello. O livro nasceu da experiência de seu autor como professor da cadeira de História junto ao Colégio de São João, localizado em Campinas, interior de São Paulo e de propriedade de J. B. da Silveira Caldeira. Tomamos a obra de Brasiliense como um retrato do "fazer e ensinar histórico" situando-a nos limites teórico-metodológicos vigentes no Brasil da segunda metade do século XIX, procurando discutir o conteúdo ideológico intrínseco à perspectiva cronológica, linear, ufanista e regional adotada pelo autor.

Palavras-Chave: Livro didático; História do Brasil; Ensino de História.

ABSTRACT: In 1876 it was made public by the typography of the Province of São Paulo and in the care of editor Jose Maria Lisboa to work Lessons of Homeland History, written by Américo Brasiliense de Almeida and Mello. The book was born from the experience of the author as a teacher of the chair of history along the St. John College, located in Campinas , São Paulo, and owned by J. B. Silveira boiler . We take the work of Brasiliense as a portrait of " do and teach history " situating it in the theoretical and methodological limitations in force in Brazil during the second half of the nineteenth century , seeking to discuss the intrinsic ideological content to the chronological perspective , linear, vainglorious and regional adopted by author.

Keywords: Textbook; History of Brazil; Teaching of History.

[1] Doutor em História pela UNESP - Campus de Franca, Mestre em Ciências Sociais pela UFSCar, atualmente é professor do IFSP - campus de Birigui. E-mail: rubens.arantes65@gmail.com

O IHGB E O MODELO DE HISTÓRIA OFICIAL DO BRASIL

A escrita da história do Brasil, ao longo do século XIX, ficou a cargo dos historiadores membros do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, instituição criada em 1838, sob a regência conservadora de Pedro de Araújo Lima. A partir do ano seguinte, sob a "proteção" do então príncipe-herdeiro D. Pedro de Alcântara, sua atuação torna-se mais decisiva no processo de compilação e circulação de documentos e versões históricas. Sob os auspícios do jovem Imperador, o IHGB:

> [...] terá como expressão uma ajuda financeira, que a cada ano significará uma parcela maior do orçamento da instituição. Cinco anos após a sua fundação, as verbas do Estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB, porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX (GUIMARÃES, 1988, p. 9).

Como afirma Guimarães (1988) a dotação orçamentária oficial tem relevância quando se pretende pensar o IHBG como instituição científico-cultural com finalidades de construção e legitimação da história nacional. Os vínculos entre Monarquia e IHGB são fundamentais para o entendimento da perspectiva teórico-metodológica adotada na elaboração dos compêndios de história do Brasil no decorrer do século XIX, além de revelar o "lugar social" de onde falam nossos historiadores.

O modelo de "escrita da história", adotado pelo IHGB, não será muito diferente daquele em vigor na Europa desde o século XVIII, ou seja, modelo no qual o ponto crucial encontra-se na exaltação da pátria, a busca de elementos típicos da nacionalidade, em última instância, a história que possa contemplar a questão da afirmação da identidade nacional. Os historiadores do IHGB refletindo os anseios de um país recém criado vão dar vazão ao processo de sistematização histórica em conformidade com os propósitos do próprio regime monárquico:

> Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a "Nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das "Nações", de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Os historiadores do IHGB assumem, pois, o papel de construtores de uma "história do Brasil" na qual coubessem os elementos distintivos da identidade nacional sem, no

entanto, perder a noção de homogeneização a partir dos aspectos de continuidades históricas representadas pela Monarquia. Nesse "cimento histórico", o entendimento do processo histórico é o de que a história do Brasil é aquilo que torna continuidade de um desenvolvimento histórico iniciado por Portugal nos quadros da expansão marítima do século XV.

Para Guimarães (1988), cabia, então, definir a identidade nacional brasileira a partir daquilo que pudesse torna-la uniforme e homogênea restringindo a composição social desta identidade aos elementos brancos e ilustrados e, do ponto de vista político, cabia a afirmação da Monarquia como forma de representação da civilização. Para o IHGB, a "nacionalidade" do jovem país estava ligada a Europa, de população branca, da civilização e do progresso:

> O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do "outro", cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Se por um lado o locus político do IHGB aponta para suas profundas inter-faces para com o Estado Nacional recém inventado por força dos acontecimentos de 1822, o estudo da composição social de seus membros componentes realça seu caráter aristocrático, típico de uma instituição pertencente a uma sociedade de estamentos. Ainda conforme Guimarães (1988), o IHGB era constituído por membros ordinários, sócios correspondentes (no Brasil e no exterior) e sócios de honra cujas origens ocupacionais, levando em conta somente os membros fundadores, denota o caráter restrito de uma elite letrada, formada em cursos jurídicos e ocupantes de cargos no aparelho estatal.

Schwarcz (1998), por seu turno, também ressalta o aspecto elitista na composição dos quadros do IHGB destacando, ainda, a participação efetiva do Imperador d. Pedro II não só no papel de mecenas da instituição como na seleção criteriosa de literatos, numa tentativa de forjar um projeto cultural autônomo, brasileiro, seguindo a tradição do romantismo que elege o indígena como "símbolo nacional" da brasilidade tropical.

A materialização da tarefa atribuída aos historiadores do IHGB, ou seja, a de "forjar uma história da nacionalidade brasileira", se concretiza por meio de reuniões periódicas nas quais eram apresentados trabalhos de pesquisadores filiados à instituição, coleta de material primário em arquivos e, sobretudo, a publicação da *Revista do IHGB*, cujo número inaugural

deu-se em 1839. No decorrer de suas edições salta aos olhos a concepção de história praticada por seus colaboradores, caracterizada pela ideia da história como "mestra da vida", onde os eventos do passado são pinçados como "modelos exemplares" a ser reverenciados no presente:

> A *Revista do IHGB*, penetrada da concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecerem exemplos às gerações vindouras, contribuindo desta forma também para a construção da galeria de heróis nacionais. Mas não é apenas uma visão pragmática e exemplar da história que se abriga no projeto historiográfico do IHGB. A concepção de história partilhada pela instituição guarda um nítido sentido teleológico, conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história (GUIMARÃES, 1988, p. 15).

Em suma, uma história como resgate dos "bons exemplos do passado", valorizadora dos grandes feitos e batalhas nos quais se eleva o papel dos heróis, legitimadora das ações dos personagens que encarnam a institucionalização dos eventos seja por meio do Estado monárquico (fonte de tudo o que se identificasse com "civilização" e o "progresso") seja por meio da Igreja Católica (guardiã dos costumes morais).

Outro elemento representativo do projeto historiográfico do IHGB foi a obra *História Geral do Brasil,* de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada em dois volumes, entre os anos de 1854 e 1857. Figura de proa do Instituto, onde exerceu a função de primeiro-secretário, historiador sem formação acadêmica na área (como de resto todos os demais membros do IHGB bem como todos os demais autores de livros de história no Brasil do século XIX), Varnhagem notabilizou-se como o modelo típico de "historiador" daquele contexto, dando ênfase à reprodução de documentos primários e celebratória dos grandes feitos luso-brasileiros.[2]

De acordo com Reis (2000) Varnhagen representa do ponto de vista historiográfico os ideais de continuidade do projeto civilizacional lusitano na América cortejado pela monarquia brasileira. Em sua obra predominam os elementos da unidade, das grandes realizações, da história sem conflitos. Enfim, Varnhagen empenha-se em construir uma história do Brasil na perspectiva desejada pela Dinastia de Bragança nos trópicos:

[2] Além de Varnhagen outros autores se inscrevem na perspectiva do projeto historiográfico do IHGB tais como von Martius, autor de *Como se deve escrever a História do Brasil* (1847); A. J. de Melo Morais com sua *Corographia Histórica, Chronographica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil* (1858); J. M. Pereira da Silva e sua *História da Fundação do Império Brazileiro* (1864).

> Varnhagen era, portanto, um historiador engajado, militante, apesar de pretender produzir uma história imparcial e objetiva. Julgava sempre tudo e todos e justificou a dominação colonial, a submissão do povo, os direitos das elites. Ele defenderá a sociedade escravista e uma sociedade com cidadania restrita (REIS, 2000, p. 32).

Em sua *História geral do Brasil* Varnhagen celebra o papel civilizador do português em terras americanas, desde os primeiros "brasileiros", comerciantes dedicados ao negócio do pau-brasil até a independência, processo tido por ele como etapa de consolidação da "grande aventura lusitana na América", passando pela caracterização dos índios como povos "bárbaros e selvagens"; do descobrimento como realização da vontade do rei e do cristianismo; dos grandes embates contra povos invasores, em especial, franceses e ingleses; além de condenar a escravidão africana pelo que representava de exemplo negativo para a constituição moral do país.

Imbuído da missão de elaborar uma história do Brasil que contribuísse para a construção de uma identidade nacional, marcada por uma leitura muito própria do Romantismo europeu, Varnhagen vai oferecer sua ideia de história em prefácio para o Tomo Segundo de sua HGB:

> O trabalho de uma história é, como de um dicionário, tanto mais útil ao público e ingrato para o autor, quanto mais de consciência houver sido feito. Assim como o estudioso que busca no dicionário uma palavra, e a não encontra a seu gosto, n'um assumpto a que se dedicou" de profissão, decide por duas ou três linhas do trabalho de sessenta mil artigos contidos em mais de mil páginas, assim também julga ás vezes do todo de uma obra histórica o ingénuo burguês, só por um fato ou data dele (omitido de proposito, ou alterado em virtude de documentos antes desconhecidos) e o pretencioso gramático só por uma frase em que embicou. Mas o historiador sofrerá maiores injustiças, se dotado de convicções profundas e de caráter firme e independente, em vez de adular vãos preconceitos vulgares, teve o necessário valor para enunciar francamente o que pensava, em contra destes (VARNHAGEN, 1857, p. V-VI).

Varnhagen inaugura no Brasil a tradição do pensamento científico aplicado aos processos de elaboração das histórias nacionais consubstanciados na pesquisa de arquivos e na reprodução de documentos primários, afastando-se, desta maneira, das histórias do Brasil elaboradas anteriormente.

Desta perspectiva foi construída a escrita da história do Brasil pelos seus primeiros *homens de letras* dedicados à tarefa de forjar uma história que fosse o espelho de uma nação

monárquica, grandiosa e uniforme política e racialmente conforme projeto em perfeita simetria ideológica entre Estado e Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Em termos oficiais a fundação do IHGB faz parte de um projeto pensado pelas elites aristocráticas brasileiras do século XIX no sentido de forjar uma "tradição nacional" dentro da qual estava presente a monarquia, a exaltação do índio como símbolo da jovem nação tropical e o culto aos heróis e acontecimentos que definiram a unidade territorial.

O COLÉGIO PEDRO II E O MODELO DE ENSINO

Se o IHGB afirma-se como o lugar de legitimação da produção historiográfica no Brasil do XIX, concomitantemente à sua atuação, tem-se o Colégio Pedro II, fundado em 1837, portanto, na mesma conjuntura do período Regencial, tornando-se o modelo institucional de ensino secundário praticado no Brasil no decorrer deste mesmo século. Havia, portanto, uma convergência de interesses dentro do universo ideológico das elites brasileiras no sentido de estabelecer o *locus privilegiado* da produção – o IHGB – e *o locus privilegiado* do ensino – o Colégio Pedro II, ambos convergindo para a celebração da história pátria, através do culto de eventos e personalidades históricas, eleitos como marcos fundadores da nacionalidade brasileira.

Idealizado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, então ministro da Justiça da Regência de Pedro de Araújo e oficialmente reconhecido por decreto de dezembro de 1837, o Colégio Pedro II se constituiu, ao longo do tempo, no modelo educacional do 2º. Reinado baseado no elitismo e no acesso privilegiado estendido a poucos, onde o ensino secundário era apenas e tão somente um preparatório para os estudos superiores. Pode-se dizer que o Colégio Pedro II reuniu em seus quadros discentes os filhos das elites econômicas do Império e em termos de corpo docente nomes representativos da literatura e do pensamento brasileiro do final do século XIX e começo do XX como Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Capistrano de Abreu, entre outros.

Igualmente como no caso da criação do IHGB e de outras instituições natureza artística, cultural e científica, a fundação do Colégio Pedro II se inscreve na grave tarefa levada adiante pelas elites aristocráticas do Império de produção de uma imagem de "civilidade" de uma Monarquia nos trópicos. Schwarcz (1998) afirma que o Imperador tinha pelo Colégio Pedro II grande "predileção", participando ativamente de suas atividades

tomando parte na seleção de professores e na assistência de exames. No decorrer do tempo, o "Pedro II" se transformaria no modelo de ensino secundário no 2º. Reinado em meio a uma realidade escolar nacional extremamente precária:

> Com seu uniforme imponente, a lembrar as cores do Brasil [...] o colégio convertia-se aos poucos na forte imagem do imperador, que investia grandemente em sua representação de erudito. [...] [e] no único que, de certa forma, escapava ao ensino excessivamente livresco, anticientífico e pouco abrangente da época. Com efeito, apesar de obrigatória, a instrução primária era insuficiente: as escolas, poucas, estavam quase todas centralizadas na corte (SCHWARCZ, 1998, p. 150-151).

No caso particular dos livros de história utilizados pelo Colégio Pedro II percebe-se a sintonia com os padrões convergentes em torno do que Gasparello (2002) chama de "pedagogia da nação": cabia aos historiadores do IHGB, especialmente a Francisco Varnhagen, emitir "pareceres sobre os compêndios publicados e que usualmente eram oferecidos à instituição". Nesse sentido, os livros de História do Brasil também refletiam o propósito de construção de uma ideia de nação e nacionalidade brasileiras que fosse absorvida e reproduzida pela elite representada nestas instituições.

Exemplo clássico desse formato de "pedagogia da nação" formulado pelos livros didáticos de história do Brasil adotados pelo Colégio Pedro II, ainda segundo Gasparello (2002) é a obra de Joaquim Manoel de Macedo, romancista consagrado e que fora não só professor do próprio Pedro II como membro do IGHB. Trata-se de *Lições de História do Brazil* publicado em dois volumes, sendo o primeiro em 1861 e o segundo em 1863. Trata-se de obra paradigmática no sentido da construção da história sob a ótica do 2º. Reinado.

Macedo operava um processo de seleção dos eventos e personalidades históricas nos quais aqueles que não convergissem para o "sentido da harmonia, da ordem e da conciliação" do curso histórico eram simplesmente omitidos ou extirpados, sendo que os momentos de conflitos eram abordados, sempre, pela ótica dos colonos. Foi o caso, por exemplo, dos conflitos entre colonos e jesuítas em torno da questão indígena:

> Macedo trata da hostilidade entre os colonos e os jesuítas, como uma "interminável questão dos índios" e de forma favorável aos colonos. No jesuítas, vê "um interesse material pouco nobre", e uma "orgulhosa ambição" que seguiriam "os seus interesses e os seus planos de futuro", na aparente defesa da liberdade dos índios. Os colonos são descritos como "o povo que se via vexado e oprimido" com a constante luta com os jesuítas e sua crítica se dirige à falta de uma política decisiva da metrópole a favor dos colonos. A expulsão dos jesuítas é justificada como de interesse do Estado,

> contra uma *instituição perigosa* ao bom andamento da ordem colonial (GASPARELLO, 2002, p.6).

Enfim, a "pedagogia da nação", presente em outras obras publicadas no período[3], era como uma manifestação de uma história heroicamente construída pelo colonizador branco, dando ênfase aos aspectos da "unidade" representada pelo Estado Imperial, extirpando os movimentos dissidentes e revoltosos em nome do caráter ordeiro e pacífico do brasileiro, sendo este fruto do empenho obstinado dos colonos – brancos, civilizados e cristãos – numa terra inóspita e habitada por "selvagens".

AS *LIÇÕES DE HISTÓRIA PÁTRIA* DE AMÉRICO BRASILIENSE

Tendo em vista o cenário cultural e intelectual vivido pelo Brasil no decorrer do XIX traçado, sucintamente, nas duas seções anteriores, marcado pelos modelos de escrita e ensino da História preconizados pelo IHGB e pelo Colégio Pedro II, passamos a analisar a obra *Lições de História Pátria*, de Américo Brasiliense de Almeida e Mello publicada em 1876, em São Paulo, pela Tipografia da "Província de São Paulo"[4]. O argumento defendido no âmbito da análise é o de que o contexto histórico de sua publicação e as particularidades da trajetória política de seu autor deslocou de certa forma o eixo central da "pedagogia da nação" para outra perspectiva de entendimento da história do Brasil.

Ao tratar de *Lições de História Pátria* Bittencourt (2008) insere-o no contexto da introdução da disciplina História do Brasil nos currículos oficiais escolares, fato que se deu entre os anos 1850 e 1870, período de afirmação do projeto de construção da nacionalidade brasileira e que instrumentalizou o ensino da história como veículo de formação cívica e moral. Em relação ao autor das *Lições,* Bittencourt (2008) afirma que se trata de um caso raro, mas não único, de autor com formação em curso superior, ainda que não na área específica de História, situação que tornava comum o fato dos livros didáticos de história serem organizados a partir da experiência dos próprios autores em sala de aula.

[3] Entre outras obras publicadas à época com o perfil da pedagogia da nação podem ser relacionadas *Lições de História do Brasil,* de Joaquim Manoel de Macedo (1861); *Compêndio de História do Brasil*, de Abreu e Lima (1843).
[4] Para a elaboração deste artigo trabalhamos com a segunda edição de *Lições de História Pátria*, do ano de 1877, pelo mesmo editor e tipografia.

Reis (2013), por sua vez, faz uma abordagem das *Lições* a partir da noção desenvolvida pela história cultural relativamente à história do livro, tratando-as como signos culturais representativos de uma época histórica e de práticas sociais. Nesse sentido, considera que a concepção de história explicitada por Américo Brasiliense é reveladora de sua condição social, como membro de uma elite em luta por reconhecimento e prestígio, e de sua atuação política naquela conjuntura específica, como ativista da ideia republicana na Província de São Paulo.

A trajetória de *Lições de História Pátria* teve início em 1873 quando Américo Brasiliense foi convidado por J. B. da Silveira Caldeira, diretor do Colégio São João, em Campinas, interior de São Paulo, para proferir aulas de "história pátria" aos seus alunos. As preleções estavam previstas para ocorrer semanalmente e no decorrer do ano letivo despertou interesse de assistentes de fora do próprio colégio, como fora o caso de José Maria Lisboa, editor que empenhou-se na publicação, em livro, das aulas de Brasiliense.

De acordo com Lapa (1996), o Colégio São João representava, no contexto de Campinas, onde se localizava, da segunda metade do século XIX, caso exemplar das transformações urbanas por que passava a cidade, combinando os valores burgueses em ascensão com uma sociedade tipicamente hierárquica e aristocrática. O colégio era destinado à formação primária e secundária de estudantes do sexo masculino oferecendo componentes curriculares que aliava a formação em letras, ciências e humanidades, além de disciplina voltada para a doutrinação religiosa.

Américo Brasiliense[5] não possuía formação em história tendo, até àquele momento, percorrido a trajetória própria da elite emergente paulista ligada ao setor agro-exportador de café. Bacharel em Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, exerceu profissionalmente a advocacia, engajando-se nas disputas políticas da Província de São Paulo, inicialmente, nos partidos do Império, e, posteriormente, vindo a ter grande participação na criação de organizações identificadas com a causa republicana em São Paulo, chegando mesmo a exercer liderança sobre o grupo mais ativo da sociabilidade intelectual e política

[5] As informações para a reconstrução da trajetória de Américo Brasiliense foram tiradas de MACHADO, Alcântara. O concurso de Américo Brasiliense. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 30, p.5-24, dez. 1936; PESTANA, R. F. O dr. Américo Braziliense. In: LISBOA, J. M. (Org.). *Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a).

paulistana, formada por Rangel Pestana, Américo de Campos, Campos Salles, Prudente de Morais, Alberto Salles, entre outros.

Nascido em São Paulo em 1833, filho de político influente da região de Sorocaba, Américo Brasiliense foi signatário do Manifesto Republicano de 1870, após trajetória como deputado provincial, deputado junto à Assembleia Geral do Império e presidente das províncias da Paraíba e Rio de Janeiro. Em 1882 assumiu a cátedra de Direito Romano junto à Faculdade do Largo de São Francisco, onde havia se bacharelado e apresentado tese de doutorado, no final dos anos 1860.

A edição de 1877 trouxe notas explicativas intituladas "Ao Leitor", nas quais o editor José Maria Lisboa justificou a importância do livro ao afirmar se tratar de uma obra capaz de reunir grande "soma de fatos históricos, elucidados com mais método, e, além disso, acompanhados de uma crítica judiciosa"[6], elementos, apontados pelo editor, como indispensáveis, embora não encontrados em outras obras de mesma natureza e finalidade. Lisboa dá-nos, ainda, pistas da trajetória editorial de *Lições de História Pátria* ao revelar que sua publicação teve início nas páginas do jornal *Gazeta de Campinas*, outro marco relevante no entendimento das redes de sociabilidade intelectual nas quais estava inserido Américo Brasiliense. *Gazeta de Campinas* era, à época, dirigido por Francisco Quirino dos Santos, poeta, bacharel pela Faculdade de Largo de São Francisco e ativista político.

Somente depois de muita relutância do autor e insistência do editor, afirma Lisboa, é que as preleções de Brasiliense foram publicadas em livro alcançando relativo sucesso junto à escolas da província e à órgãos de imprensa, fato que motivou não só uma segunda edição como abriu as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao seu autor que a partir de parecer favorável de comissão de história foi admitido como "sócio correspondente".

A mesma edição de 1877 publicou, também, o parecer da comissão de história do IHGB que analisou as *Lições de História Pátria* e foi assinado por Olegário Herculano de Aquino e Castro e César Augusto Marques, autor de um dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão. Trata-se de uma peça reveladora do entendimento que os representantes daquele instituto tinham sobre a escrita e o ensino da história. Após afirmar que as *Lições* de Américo Brasiliense constituíam um volume "simples e modesto na forma e no objeto" destinado à "instrução da mocidade", os autores sublinham o critério da verdade a partir de uma citação de Alexandre Herculano:

[6] LISBOA, J. M. "Ao Leitor". In: *Op. cit,* 1977, [sem indicação de página]

> O critério da história é a verdade. É a história, na frase de A. Herculano, uma ciência social a enriquecer o futuro com a experiência do passado. Não a escreve aquele que somente narra; mas quem narrando traça com fidelidade e vigor as feições características dos tempos que percorre e dos homens que apresenta, investigando com judiciosa crítica a origem e a natureza dos acontecimentos, a época e o lugar em que se deram, os resultados que produziram, a influencia social e política que exerceram sobre os destinos da humanidade inteira (BRASILIENSE, 1877, p. XII).

Neste critério de verdade cabia ao historiador a tarefa de "observador isento" dos acontecimentos e a "engenhosidade" na apreensão dos fatos e no estabelecimento de suas relações, de forma franca e imparcial, condição absolutamente necessária para que possa merecer o "justo título" de historiador e contribuir, dessa forma, para o "desenvolvimento moral da sociedade":

> Grave e melindrosa é a missão do historiador filósofo, observador e analista, que apreende os fatos, estuda-os e classifica-os, assinalando as relações que entre si guardam, para deduzir de coisas certas e princípios verdadeiros efeitos legítimos e consequências necessárias (BRASILIENSE, 1877, p. XII).

Por fim, conclui o parecer pela recomendação do livro de Américo Brasiliense não sem antes chamar a atenção do autor das *Lições de História Pátria* para as manifestações "em mais de um ponto" de suas tendências "à defesa afervorada das ideias liberais" e para o "pouco proveito" das lições concernentes ao período contemporâneo da história Brasil, especialmente, os acontecimentos relativos aos conflitos políticos em torno das chamadas "Revoluções de 1842", sobejamente destacadas por Brasiliense no corpo do texto justamente por fazer parte de sua construção da História Nacional a partir dos eventos políticos vividos na então província de São Paulo.

HISTÓRIA PÁTRIA VISTA PELA ÓTICA REGIONAL PAULISTA

Lições de História Pátria é constituído de 36 capítulos correspondente ao mesmo número de aulas ministradas entre 25 de janeiro e 5 de novembro de 1873, cobrindo o período colonial e monárquico. A organização de cada capítulo obedeceu à própria finalidade da exposição oral, ou seja, sempre acompanhada de tópicos que seriam abordados naquela dada aula.

O capítulo 1 ganha especial interesse, pois, nele Américo Brasiliense discorre sobre seu entendimento acerca da escrita da história e as finalidades do conhecimento histórico. Para Brasiliense, o fazer pedagógico da história, à semelhança do "trabalho literário", alcança melhor nível de entendimento quando do emprego de linguagem "singela" e "clara", permitindo melhor conveniência da "narração e apreciação dos fatos". Ressalta a importância do "estudo da história pátria" enfatizando seus aspectos distintivos enquanto instrumento para a formação cívica do cidadão. Em seguida recorre à máxima de Cícero, filósofo romano, para fazer sua a crença no papel da história como "mestra da vida", "testemunha dos tempos" e "luz da verdade", para concluir que: "Os povos, que desconhecem a sua história, que ignoram o seu passado, não podem daí tirar lições, que o guiem no futuro".[7]

Entendia Américo Brasiliense que a história era movida por um sentimento de "justiça" e "missão", impondo ao historiador a exigência de ser "observador justo e apaixonado" dos fatos e homens do passado. Cabia ao historiador, portanto, a busca da verdade indiferentemente se a mesma pudesse comprometer a trajetória de poderosos e grandes ou pobres e pequenos:

> Se à história não é dado enunciar a verdade, porque encontra de frente o *parce sepultis*, se deve escolher as posições sociais, para lisonjear os grandes, os poderosos, e julgar com severidade os pobres, os pequenos, os abandonados pela prosperidade, então a sua justiça é abominável. Em tais casos a filosofia da história é uma ciência sem mérito, sem princípios certos, sem lógica, sem utilidade para direção da vida dos povos, para ensinar-lhes os mais seguros meios de progresso e felicidade" (BRASILIENSE, 1877, p.3).

Tais considerações a respeito do estilo de escrita e das finalidades da história manifestadas por Brasiliense estão em perfeita sintonia com o que se praticava no Brasil do contexto do 2º. Reinado pelas instituições culturais representativas como o Instituto Histórico e Geográfico e o Colégio Pedro II, ou seja, a concepção de uma história fundada e construída por valores morais que servissem de parâmetros a serem ensinados às novas gerações, por isso, o recurso à seleção minuciosa de acontecimentos grandiosos e personagens marcantes de cujas ações se pudesse extrair exemplos para a juventude do presente. Da mesma forma em relação à ênfase na formação cívica das novas gerações, um dos pilares centrais presentes nas concepções de história que circularam no século XIX, especialmente, de um país jovem recém

[7] BRASILIENSE, A. *Op. cit.,* 1877, p. 2.

egresso do longo processo de colonização portuguesa e sequioso por construir símbolos referenciais de sua identidade nacional.

Para a construção de sua narrativa sobre os fatos mais relevantes da "história pátria", Américo Brasiliense recorreu à variada bibliografia e autores, dando uma ideia do repertório de leituras de um historiador "não profissional", escrevendo a partir de São Paulo no contexto da segunda metade do século XIX: Edgar Quinet, historiador francês e militante político republicano no contexto da Revolução de 1848 na França que derrubou o rei Luís Felipe; João de Barros, historiador português, autor de obra sobre os feitos lusitanos nos quadros da expansão marítima moderna; visconde de Santarém, historiador e diplomata lusitano, autor de vasta obra sobre os descobrimentos marítimos portugueses; Frei Gaspar de Madre Deus e suas *Memórias para a História da capitania de São Vicente;* Pero Lopes de Sousa e seu *Diário de navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530*; entre outros.

Chama atenção, contudo, a citação recorrente a duas obras: *Quadro histórico da Província de São Paulo,* escrito por José Joaquim Machado de Oliveira, político e militar paulista, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e *Compêndio de História do Brasil*, de José Ignácio Abreu e Lima, general pernambucano e, também, membro do IHGB. As duas obras vão matizar a perspectiva que Américo Brasiliense emprega em suas "lições", qual seja, a de tomar a história do Brasil a partir dos eventos paulistas (perspectiva tomada a partir de Machado de Oliveira) e, do ponto de vista político, a partir da república (emprestada de Abreu e Lima), vindo ao encontro de seu diagnóstico sobre o estado da história no Brasil revelado em sua primeira preleção:

> O estudo da nossa história vai muito descuidado. É fácil encontrar-se muitas pessoas no caso de dizerem alguma coisa dos antigos gregos, e dos romanos, da Alemanha, da Inglaterra, da França. Mas poucas são as que conhecem a história do Brasil. Pode-se dizer, sem receio de errar, que mesmo na nossa alta sociedade raras são as que tem ciência dos principais acontecimentos das províncias, em que nasceram" (BRASILIENSE, 1877, p. 1-2).

Nesse sentido, pode-se dizer que o manual de Américo Brasiliense, embora tenha muitas imbricações com a perspectiva historiográfica adotada pelo IHGB e pelos manuais adotados pelo Colégio Pedro II – seleção dos eventos pelo prisma da unidade política e territorial, sucessão linear dos fatos, personificação do processo histórico através da seleção de heróis marcantes, etc – desloca o eixo da "história patriótica-imperial" para uma concepção "paulista-republicana" da história do Brasil.

A influência dos estudos etnográficos do Brigadeiro Machado de Oliveira estão presentes na persistência temática indígena: descreve, com riqueza de detalhes, as características das indígenas localizadas na porção litorânea paulista, destacando o comportamento pacífico desses povos, tidos por "afáveis e sossegados" (capítulo I); recorre a estudos das ciências naturais (em voga naquele contexto) para dar conta da caracterização físico-genética dos habitantes primitivos do Brasil (capítulo I); destaca, com grande interesse, as relações amistosas entre colonizadores e indígenas exemplificados pelo caso dos náufragos portugueses João Ramalho e Diogo Álvares Correa, o Caramuru (capítulos I e II);

Sublinha a atuação da Companhia de Jesus em seu papel "civilizacional" cujos membros levaram adiante, resignadamente, a missão evangelizadora, fazendo frente aos obstáculos interpostos pelas adversidades naturais e pelas "exageradas e criminosas ambições dos colonos":

> Verdadeiros heróis esses [*os jesuítas*] que chegando ao seio das populações embrutecidas, torturados por tantas privações e sacrifícios, fundavam escolas, e empenhavam-se na civilização daquelas por meio da cultura de sua inteligência; verdadeiros heróis esses, que corajosamente apresentavam-se aos festins das tribos aglomeradas em torno dos prisioneiros e, salvavam as vitimas voltada à antropofagia; esses, que viviam de esmolas, trabalhavam com suas próprias mãos na edificação das igrejas e das casas, abriam escolas de instrução primária e, [...], ensinavam ofícios mecânicos, consolavam os infelizes e aflitos, dormiam sobre a terra fria, e, [...], eram no meio dos índios os médicos d'alma e corpo, deixando sulcos luminosos após sua passagem pelo mundo (BRASILIENSE, 1877, p.26-27).

O tratamento dado ao tema do índio por parte de Brasiliense é o de um intelectual típico do final do século XIX influenciado pelas teorias de superioridade racial nas quais os índios surgem ora como "brutos" e "selvagens", ora como "preguiçosos" e "mansos". Daí a urgência da "civilização" trazida pelo branco europeu, representado, neste caso, pelos padres jesuítas. Na narrativa de Brasiliense, os índios são elevados a categoria de obstáculos para o estabelecimento da colonização quando desencadeiam guerras contra os colonos (capítulo IV); mas, contraditoriamente, são enaltecidos quando se engajam ao lado, dos portugueses, na luta contra os "invasores" franceses (capítulo IV)

Outra questão delicada relativa ao tema do índio na obra de Brasiliense é a da escravização (capítulos VI e VIII). Situa a chegada de Martim Afonso de Souza e a posterior fundação da Vila São Vicente como o marco da escravização indígena no Brasil e recorre a "tradição histórica" para justificar seu emprego afirmando que a prática, mesmo por parte de

"nações cultas da Europa", foi utilizada como forma de "civilização". Destaca a condição do índio em face da legislação e dos costumes dos colonizadores, afirmando que tanto Portugal como Espanha mantiveram incoerências legais sobre o estatuto da escravização de índios:

> O governo de Portugal não seguiu uma coerente marcha relativamente à condição dos índios. Se umas vezes auxiliou as vistas dos missionários jesuítas, dedicados à causa da liberdade dos indígenas, outras as contrariou acoroçoando assim as pretensões dos colonos, contra quem aqueles viviam lutando em favor dos selvagens. Da incoerência, ou irresolução do governo deste os tempos antigos até princípios deste século [*XIX*] aí estão como provas várias leis (BRASILIENSE, 1877, p. 58).

O tema do índio que perpassa toda a obra de Brasiliense encontra explicação pelas suas interfaces com a história da capitania e da província de São Paulo. Há um claro posicionamento do autor em escrever a história do Brasil na perspectiva dos paulistas, perceptível pela frequência em que é tratada em capítulos diversos. Ao tratar, por exemplo, no capítulo XXVII dos paulistas no contexto dos séculos XVII e XVIII destaca as expedições rumo ao interior da colônia, os conflitos com índios, a fundação de povoados na região das Gerais e Mato Grosso e afirma:

> Homens [os paulistas] de temperamento enérgico, incapazes de viverem em ociosidade tinham necessidade de dar expansão a seu espírito empreendedor desde que não esperavam bons resultados de novas tentativas contra os índios do Paraguai, sobretudo recordando-se da carnificina do Guairá (BRASILIENSE, 1877, p. 194).

Ao "temperamento enérgico" dos paulistas, soma Américo Brasiliense, o "espírito de iniciativa" simbolizado pela criação do curso de Ciências Sociais e Jurídicas em 1827, abrigado nas dependências do Mosteiro de São Bento, pela instalação da Assembleia Legislativa Provincial em 1834, pela atuação de Rafael Tobias de Aguiar nos eventos relacionados com a chamada Revolução Liberal de 1842, enfim, pelas iniciativas relativas à abertura das linhas férreas a partir da década de 1860 com o surgimento da pioneira Santos-Jundiaí.

O esquema cronológico-evolutivo do livro de Brasiliense inicia-se com o capítulo sobre a fundação da vila de São Vicente e termina em capítulo no qual faz invocar a necessidade de o Estado brasileiro priorizar a educação "elementar" do povo visto que o mesmo encontrava-se, àquela altura, sujeito à ignorância e ao analfabetismo:

> Tendo o Brasil, como se calcula, dez milhões mais ou menos de habitantes, é bem desagradável reconhecer-se e dizer-se que muito mais de metade não sabe ler e escrever.
> Em tais condições torna-se um povo sujeito a esse mal-estar, que naturalmente se origina da ignorância de seus direitos e deveres.
> Ilustrado – ele alentará aspirações de dia em dia mais elevadas, caminhará em progressão ascendente na senda das prosperidades materiais e morais, sob o regime de instituições democráticas (BRASILIENSE, 1877, p. 345).

Qual o lugar que esta passagem ocupa dentro de uma obra que pretende ser didática e direcionada à formação de jovens estudantes secundaristas? Possivelmente, as convicções "liberais" do autor, apontadas pelos pareceristas do IHGB na seção introdutória ao livro, traíram o historiador comprometido com a verdade dos documentos. A trajetória intelectual e política de Américo Brasiliense talvez ajuda-nos a entender as razões pelas quais, em sua preleção final, ele inclua a questão da educação: Brasiliense compunha o grupo de intelectuais que na capital e no interior paulistas que naquela conjuntura do 2º. Reinado participava de iniciativas no campo da instrução pública através da fundação de escolas como, por exemplo, o Colégio Culto à Ciência, fundado em 1873, na mesma cidade de Campinas.

Os intelectuais paulistas daquele contexto tinham na educação um dos pilares mais importantes na composição de seu repertório político que serviu de base para sustentar um discurso e uma ação política de confronto com aquele que sustentava o regime monárquico naquela conjuntura. Identificados com ideais de ciência, civilização, progresso, educação, técnica, urbanização, os intelectuais de São Paulo, dentre os quais Américo Brasiliense, souberam ocupar espaços e construir redes de sociabilidade, através das quais arquitetaram o caminho para tomar o poder a partir de 1889.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Lições de História Pátria*, de Américo Brasiliense, foi publicada em 1876, década marcante para os rumos políticos da monarquia no Brasil. Pela publicação da obra seu autor passa a integrar os quadros do IHGB, principal instituição intelectual do país naquele instante e responsável pela construção de uma versão oficial da História do Brasil.

A obra tendo finalidade didática e nascida da experiência do Brasiliense como professor de colégio secundário do interior de São Paulo constitui-se numa forma muito particular de se escrever história do Brasil na medida em que o autor seleciona os fatos e

constrói a narrativa dos acontecimentos marcantes da "história pátria" a partir de seus vínculos com a província de São Paulo, vindo ao encontro, assim, à um dos princípios defendidos em termos de finalidades da história: que ao escrever a história do Brasil o pesquisador não perdesse de vista os principais acontecimentos das províncias em que nasceram.

Brasiliense conduz seus leitores ao conhecimento dos fatos históricos especialmente selecionados pelo critério do valor moral na expectativa de que tais fatos pudessem servir de exemplos a ser seguidos no presente e no futuro. Nesse sentido, ao se aproximar do passado mais remoto, Brasiliense deseja realçar os valores que contribuíram para a construção da pátria, através da narrativa heroica de personagens que através de "exemplos de abnegação e luta" contribuíram para a expulsão dos estrangeiros e a manutenção da unidade territorial.

Quando, no entanto, se aproxima dos fatos históricos próximos de sua própria experiência como protagonista social, intelectual e político daquele contexto brasileiro da segunda metade do século XIX, Américo Brasiliense vai trair suas convicções a favor da neutralidade e do distanciamento em favor da "verdade histórica". Seu engajamento junto ao movimento republicano e aos princípios defendidos pelo mesmo, sobressaíram abertamente em sua última preleção (capítulo XXVI) quando aponta para a necessidade de reformas no sistema eleitoral, na instrução pública, ao mesmo tempo que critica a "centralização asfixiante" e a existência de um "poder irresponsável" (referindo-se ao poder moderador), concluindo a lição em tom prognosticador: "Não há outro passo a dar: eu penso que a reforma é indispensável."

Por fim, *Lições de História Pátria* não escapa ao modelo de escrita da história forjado pelo IGHB que ressaltava os elementos-chave da identidade nacional que pudessem emprestar grandiosidade à uma monarquia europeia nos trópicos, bem como ao paradigma de ensino da disciplina história estabelecido pelo Colégio Pedro II que valorizava a narrativa linear dos grandes feitos e personagens tendo em vista as finalidades de inculcação de valores morais e exemplares a serem seguidos pelas novas gerações. O seu diferencial, contudo, foi estabelecer uma leitura dos fatos históricos nacionais a partir de suas intersecções com a província de São Paulo, espaço privilegiado de vivência de seu autor, Américo Brasiliense, professor de Direito Romano da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e integrante da sociabilidade política e intelectual paulista.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910).* Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASILIENSE, Américo. *Lições de História Pátria*. [publicada por José Maria Lisboa]. 2ª. ed., São Paulo: Tipografia da Província, 1877.

FERRETTI, Danilo José Zioni. A emergência de um discurso etno-historiográfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira. Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Leopoldo, 2007. (http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0743.pdf).

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920). Comunicação apresentada no Congresso da SBHE. (www.sbhe.org.br/novo/congresso/cbhe2/pdfs/Tema6/0655.pdf).

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os outros – Campinas, 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1996.

REIS, José Carlos. "Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa". In: *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.* 3ª.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, pp. 23-50.

REIS, Aaron Sena Cerqueira. Américo Brasiliense e suas Lições de História Pátria (1876): concepções de ensino em um manual autorizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Saeculum – *Revista de História* [29]; João Pessoa, jul./dez. 2013, p. 438-449.

SCHWARCZ, Lilia, Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil (1854-1857). http://books.googleusercontent.com/books/content?req*

RECEBIDO EM: 23/08/2016
APROVADO EM: 29/10/2016